

Governo apóia guerra da CPI contra poder paralelo

Orçamento

GERALDA FERNANDES
E CLÁUDIA CARNEIRO

O sofisticado esquema de poder paralelo, administrado por uma organização secreta supra-empresarial — denunciado na terça-feira pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS) —, vem atuando no Orçamento público desde 1985. Esta máquina, dirigida por um cartel de empreiteiras e capitaneada pela construtora Norberto Odebrecht, teria uma lucratividade, somente na execução orçamentária deste ano, de US\$ 500 milhões. A comprovação deste esquema através dos documentos da Odebrecht apreendidos pela Polícia Federal — considerado a descoberta de maior gravidade na história do País — levou o presidente Itamar Franco e os ministros militares a respaldarem uma devassa no gigantesco sistema de corrupção. A preocupação do Governo e do Congresso Nacional é evitar uma crise institucional.

O relatório apresentado pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), elaborado depois de sucessivas e tensas reuniões entre os membros da CPI desde o último sábado, descreve como funciona o estruturado esquema formado por algumas das maiores construtoras do País — Queiroz Galvão, CBPO, Constran, Tratex, Cowan, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, EIT, Camargo Correia, CR Almeida, OAS. A regra básica do cartel é resguardar os “clientes”, identificados apenas por siglas nos documentos. Quase 30 parlamentares são citados na documentação, repassada às subcomissões que vão definir o grau de envolvimento de cada um.

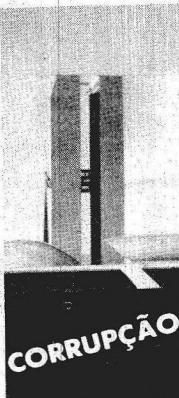
Adiamento — Em reunião secreta que durou cerca de três horas, a CPI decidiu adiar por 24 horas a di-

vulgação dos nomes dos parlamentares e integrantes do Executivo. Segundo especulações, o número de envolvidos pode chegar a 100. De acordo com os parlamentares que tiveram acesso aos documentos, a relação entre políticos e empreiteiras pode ser classificada em três níveis: os “clientes permanentes”, que recebiam contribuições mensais do cartel; os “clientes eventuais”, beneficiados com “caixinhas” de campanha; e os “visados”, aqueles que despertavam interesses de aproximação das empreiteiras e eram agraciados com brindes.

Manual — Bisol esclareceu que o cartel dispunha de critérios, para atuar paralelamente ao Governo, que formavam um verdadeiro “manual de corrupção”. O esquema de trabalho da organização influenciava desde a elaboração do Orçamento até a liberação dos recursos. A ação se dava estrategicamente junto à Caixa Econômica Federal, governos estaduais e municipais, parlamentares e funcionários do alto escalão do Executivo.

Os documentos revelam um relacionamento estreito e sigiloso entre lobistas e parlamentares para a apresentação de emendas ao Orçamento de 93. Estas ações foram definidas em uma reunião no dia 22 de setembro de 1992, na residência do diretor da Odebrecht, Ailton Reis (local da apreensão dos documentos), em que participaram Érico Dantas, Antônio Carlos Buriti, José Caetano, Raul Ribeiro, Maurício Vasconcelos, entre outros representantes de empreiteiras, segundo revelou o senador Bisol.

Lucro — A CPI constatou que o lucro obtido pelas obras era rateado entre as construtoras. A dissimulação era feita através de um rodízio entre as “vencedoras” das licitações, ao ponto de pelo menos uma das “derrotadas” entrar com recurso fictício contra o resultado. Para se desligar do cartel, a empresa era onerada em 35% da “caixinha” dos lucros do Orçamento.



A documentação apresentada por Bisol (D) deixou não só a CPI, mas todo o Congresso sob clima tenso durante todo o dia de ontem